



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
**ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA**

CP/1/2025/EHTM PP

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO  
CONCURSO PÚBLICO  
CP/01/2025/EHTM**

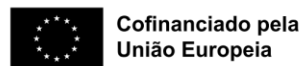
**Aquisição de Gás Propano Liquefeito (GPL) a granel (CPV 09122110-4), em regime de fornecimento contínuo, para a Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira (EHTM), em projetos de formação cofinanciados pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Madeira 2030 e para atividade hoteleira.**

**Funchal, 19 de fevereiro de 2025**

1 / 14

|| Travessa dos Piornais, n.º 33 • 9000-246 Funchal || Tel.: (+351) 291 764 393

|| [www.madeira.gov.pt/ehm](http://www.madeira.gov.pt/ehm) • [geral.ehtm@ehm.madeira.gov.pt](mailto:geral.ehtm@ehm.madeira.gov.pt) || NIPC: 671 001 337





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA**

CP/1/2025/EHTM PP

### ÍNDICE

- Artigo 1.º – Objeto do Concurso
- Artigo 2.º – Entidade Adjudicante
- Artigo 3.º – Órgão que Tomou a Decisão de Contratar
- Artigo 4.º – Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos
- Artigo 5.º – Documentos que Constituem a Proposta
- Artigo 6.º – Idioma da Proposta
- Artigo 7.º – Apresentação de Propostas Variantes
- Artigo 8.º – Prazo para a Apresentação das Propostas
- Artigo 9.º – Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas
- Artigo 10.º – Modo de Apresentação das Propostas
- Artigo 11.º – Análise / Avaliação das Propostas
- Artigo 12.º – Critério de Adjudicação
- Artigo 13.º – Notificação da Decisão de Adjudicação
- Artigo 14.º – Documentos de Habilitação
- Artigo 15.º – Caução
- Artigo 16.º – Despesas e Encargos
- Artigo 17.º – Legislação Aplicável

Anexos



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
**ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA**

CP/1/2025/EHTM PP

**Secção I**  
**Disposições Gerais**

**Artigo 1.º**

**Objeto do Concurso**

1. O presente procedimento visa a aquisição de Gás Propano Liquefeito (GPL) a granel, em regime de fornecimento contínuo, para a EHTM, em projetos de formação cofinanciados pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Madeira 2030 e para atividade hoteleira, de acordo com as especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.
2. O objeto referido no n.º 1 da presente cláusula insere-se na categoria e está descrito com o n.º 09122110-4 na classificação prevista no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007, que altera o Regulamento (CEE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu, de 5 de novembro de 2002

**Artigo 2.º**

**Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante é a Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira (EHTM), pessoa coletiva número 671 001 337, com sede na Travessa dos Piornais, n.º 33, código postal 9000-246 Funchal, telefone n.º 291 764 393, email: [geral.ehtm@ehtm.madeira.gov.pt](mailto:geral.ehtm@ehtm.madeira.gov.pt), utilizando a plataforma AcinGov.

**Artigo 3.º**

**Órgão competente para a Decisão de Contratar**

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, 29 de julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, e face ao montante estimado, a entidade competente para autorizar a realização desta despesa é o Senhor Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, constituindo-se, assim, como órgão que tomou a decisão de contratar através de concurso público.

3 / 14

|| Travessa dos Piornais, n.º 33 • 9000-246 Funchal || Tel.: (+351) 291 764 393

|| [www.madeira.gov.pt/ehtm](http://www.madeira.gov.pt/ehtm) • [geral.ehtm@ehtm.madeira.gov.pt](mailto:geral.ehtm@ehtm.madeira.gov.pt) || NIPC: 671 001 337





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA

CP/1/2025/EHTM PP

### Artigo 4.º

#### Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos

De acordo com o previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP e no seguimento de despacho do órgão referido no artigo 3º, foi designado o Júri do procedimento, como órgão competente para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

### Artigo 5.º

#### Documentos que Constituem a Proposta

1. A proposta deve ser instruída com os documentos elencados no n.º 1 do artigo 57.º do CCP e no artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto, na sua redação atual, nomeadamente:

- a. Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, elaborada em conformidade o anexo I-M, conforme dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto;
- b. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
- c. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1, do Artº 57.º do CCP;

2. A proposta a apresentar pelos concorrentes deve discriminar:

- a) **O preço proposto de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar, em algarismos e por extenso, não incluindo IVA**, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto, se devido, à taxa legal em vigor. Eventuais outros impostos e taxas devem estar incluídos no preço apresentado em sede de proposta. No caso de existir divergências entre o preço indicado por extenso e o descrito por algarismo, prevalecerá sempre o preço indicado por extenso.
- b) **O valor do IVA deverá ser indicado à parte**, nos mesmos termos que o preço total. No caso de este não ser mencionado, entende-se que o preço indicado não inclui este imposto.
- c) **Condições de pagamento**, condicionadas ao definido no Caderno de Encargos.
- d) **Discriminação do período de validade da proposta**. Este prazo deverá ser **igual ou superior a 66 (sessenta e seis) dias**.

4 / 14

|| Travessa dos Piornais, n.º 33 • 9000-246 Funchal

|| Tel.: (+351) 291 764 393

|| [www.madeira.gov.pt/ehmt](http://www.madeira.gov.pt/ehmt) • [geral.ehtm@ehmt.madeira.gov.pt](mailto:geral.ehtm@ehmt.madeira.gov.pt)

|| NIPC: 671 001 337



Cofinanciado pela  
União Europeia



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
**ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA**

CP/1/2025/EHTM PP

- e) Quaisquer outros aspetos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

3. Os documentos que constituem a proposta e a respetiva submissão na plataforma acinGov deverão ser assinados qualificadamente pelos concorrentes ou seus representantes.

**Artigo 6.º**

**Idioma da Proposta**

1. Os documentos que constituem a proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa.
2. Todos os documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para o efeito do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º CCP, serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

**Artigo 7.º**

**Apresentação de Propostas Variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

**Artigo 8.º**

**Prazo para a Apresentação das Propostas**

1. As propostas devem ser apresentadas, diretamente na plataforma eletrónica indicada na Cláusula 2ª do presente Programa de Procedimento, até às 17:00 do 6.º dia a contar da data do envio do anúncio para o Diário da República Eletrónico.
2. Caso o prazo indicado no parágrafo anterior, ocorra a um dia não útil (de acordo com o disposto no art.º 87.º do Código do Procedimento Administrativo), o prazo limite para apresentação de proposta passa para as 10h00 (dez horas, fuso horário da localidade da entidade adjudicante) do dia útil seguinte.

**Artigo 9.º**

**Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas**

É de 66 (sessenta e seis) dias o prazo mínimo da obrigação da manutenção das propostas.

**Artigo 10.º**

**Modo de Apresentação das Propostas**

1. Os documentos que constituem a proposta deverão ser exclusivamente apresentados na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
2. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelos concorrentes ou seus representantes, através de assinatura eletrónica qualificada, incluindo, preferencialmente, os respetivos atributos profissionais.

5 / 14

|| Travessa dos Piornais, n.º 33 • 9000-246 Funchal

|| Tel.: (+351) 291 764 393

|| [www.madeira.gov.pt/ehmt](http://www.madeira.gov.pt/ehmt) • [geral.ehmt@ehmt.madeira.gov.pt](mailto:geral.ehmt@ehmt.madeira.gov.pt)

|| NIPC: 671 001 337



Cofinanciado pela  
União Europeia



## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA

CP/1/2025/EHTM PP

3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o interessado submeter à plataforma um documento eletrónico oficial que ateste os poderes de representação e assinatura do assinante, sob pena de configurar motivo de exclusão das propostas.

4. O carregamento dos documentos que constituem a proposta e a respetiva submissão na plataforma deve ser feito através de assinatura eletrónica qualificada dos concorrentes ou seus representantes legais.

### Artigo 11.º

#### Análise/ Avaliação das Propostas

1. As propostas serão devidamente analisadas, sendo excluídas as que:
  - a) Não cumprirem os requisitos exigidos no Programa do Concurso e no Caderno de Encargos;
  - b) Não cumprirem outros requisitos definidos nas peças do presente procedimento, de que é exemplo a obrigatoriedade de apresentar preço igual ou inferior ao valor base expresso no caderno de Encargos (e nunca superior).
2. Constituem, igualmente, motivos de exclusão das propostas todos aqueles definidos na legislação em vigor.

### Artigo 12.º

#### Critério de Adjudicação

1. O critério de adjudicação é o do valor, na modalidade de avaliação monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP
2. Caso se verifique uma situação de empate entre duas ou mais propostas, após a aplicação do critério de adjudicação estabelecido no número anterior, proceder-se-á ao desempate por aplicação de sorteio.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, o júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de dois dias, da data, da hora e do local da sua realização. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes. Numa caixa são introduzidas as bolas (ou afim) com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

6 / 14

|| Travessa dos Piornais, n.º 33 • 9000-246 Funchal

|| Tel.: (+351) 291 764 393

|| [www.madeira.gov.pt/ehmt](http://www.madeira.gov.pt/ehmt) • [geral.ehmt@ehmt.madeira.gov.pt](mailto:geral.ehmt@ehmt.madeira.gov.pt)

|| NIPC: 671 001 337



Cofinanciado pela  
União Europeia



## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA

CP/1/2025/EHTM PP

### Artigo 13.º

#### Notificação da Decisão de Adjudicação

A decisão de adjudicação é notificada através da plataforma AcinGov.

### Artigo 14.º

#### Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação abaixo referidos:
  - a) Declaração do Anexo II-M do presente Programa de Concurso;
  - b) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d) Certificado de registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
  - e) Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);
  - f) Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo n.º 10) e DMR;
  - g) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);

7 / 14

|| Travessa dos Piornais, n.º 33 • 9000-246 Funchal

|| Tel.: (+351) 291 764 393

|| [www.madeira.gov.pt/ehmt](http://www.madeira.gov.pt/ehmt) • [geral.ehmt@ehmt.madeira.gov.pt](mailto:geral.ehmt@ehmt.madeira.gov.pt)

|| NIPC: 671 001 337



Cofinanciado pela  
União Europeia



## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA**

CP/1/2025/EHTM PP

- h) Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA;
  - i) Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, conforme modelo constante do Anexo III do presente convite (caso aplicável);
  - j) Indicar licenças ou outros documentos, se exigível.
2. Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:
- a) Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente (consoante o caso);
  - b) Identificação completa (através de cópias do B.I. e do cartão do cidadão e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito, caso seja exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 95.º do CCP.
3. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.
4. Caso os documentos de habilitação submetidos apresentem irregularidades, a entidade adjudicante fixará um prazo não superior a 2 (dois) dias úteis para suprimimento das irregularidades detetadas.

### **Artigo 15.º**

#### **Caução**

Nos termos do n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, não é exigida caução

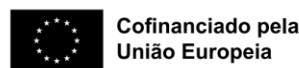
8 / 14

|| Travessa dos Piornais, n.º 33 • 9000-246 Funchal

|| Tel.: (+351) 291 764 393

|| [www.madeira.gov.pt/ehmt](http://www.madeira.gov.pt/ehmt) • [geral.ehtm@ehmt.madeira.gov.pt](mailto:geral.ehtm@ehmt.madeira.gov.pt)

|| NIPC: 671 001 337





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA

CP/1/2025/EHTM PP

### Artigo 16.º

#### Despesas e Encargos

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

### Artigo 17.º

#### Legislação Aplicável

No demais, o contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, e adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14.08, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

Em anexo:

Anexo I-M

Anexo II-M

Anexo III

Caderno de Encargos.



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA**

CP/1/2025/EHTM PP

**ANEXO I –M**

**Modelo de declaração**

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ( <sup>1</sup> ) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ( <sup>2</sup> ) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ( <sup>3</sup> ):

a) .....

b) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se

10 / 14

|| Travessa dos Piornais, n.º 33 • 9000-246 Funchal

|| Tel.: (+351) 291 764 393

|| [www.madeira.gov.pt/ehmt](http://www.madeira.gov.pt/ehmt) • [geral.ehmt@ehmt.madeira.gov.pt](mailto:geral.ehmt@ehmt.madeira.gov.pt)

|| NIPC: 671 001 337



Cofinanciado pela  
União Europeia



## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA**

CP/1/2025/EHTM PP

encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos

solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ( <sup>4</sup> )].

(<sup>1</sup>) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(<sup>2</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(<sup>3</sup>) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(<sup>4</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA

CP/1/2025/EHTM PP

### ANEXO II –M

#### Modelo de declaração

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ( <sup>1</sup> ) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ( <sup>2</sup> ) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ( <sup>3</sup> )] os documentos comprovativos de que a sua representada ( <sup>4</sup> ) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ( <sup>5</sup> )].

(<sup>1</sup>) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(<sup>2</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(<sup>3</sup>) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(<sup>4</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(<sup>5</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
**ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA**

CP/1/2025/EHTM PP

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO (caso aplicável)**

**[a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março]**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março, que a sua representada <sup>(2)</sup> não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira:

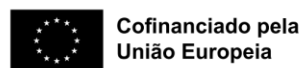
- ☐ Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto mantiver o respetivo contrato); <sup>(3)</sup>
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residente (modelo 10) e DMR; <sup>(3)</sup>
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES); <sup>(3)</sup>
- ☐ Anexo R da última declaração periódica do IVA. <sup>(3)</sup>

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup>].

13 / 14

|| Travessa dos Piornais, n.º 33 • 9000-246 Funchal || Tel.: (+351) 291 764 393

|| [www.madeira.gov.pt/ehmt](http://www.madeira.gov.pt/ehmt) • [geral.ehtm@ehmt.madeira.gov.pt](mailto:geral.ehtm@ehmt.madeira.gov.pt) || NIPC: 671 001 337





## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA**

CP/1/2025/EHTM PP

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 55.º.